

A DESMENTIDA DA BRANQUITUDE E A IMPLICAÇÃO DA PSICANÁLISE NA TEMÁTICA DO RACISMO NO BRASIL

THE DISAVOWAL OF WHITENESS AND THE IMPLICATION OF
PSYCHOANALYSIS IN THE ISSUE OF RACISM IN BRAZIL

LA DESMENTIDA DE LA BLANCURA Y LA IMPLICACIÓN DEL
PSICOANÁLISIS EN LA TEMÁTICA DEL RACISMO EN BRASIL

Isadora Graeff Bins Ely¹

Jefferson Silva Krug²

Resumo: Dada a realidade do racismo no Brasil e a escassa presença de pessoas negras nas instituições de psicanálise, este trabalho buscou investigar as implicações da psicanálise na temática das relações raciais. A partir da análise de materiais bibliográficos, os resultados foram organizados em três eixos temáticos: “O Brancocentrismo na Psicanálise”, o qual revela que o sujeito branco é utilizado como parâmetro na psicanálise; “A Desmentida da Branquitude na Psicanálise”, que expõe o não reconhecimento da realidade da branquitude e do racismo; e “A Psicanálise como Potência Antirracista”, que sustenta a psicanálise como um dispositivo possibilitador de mudança na dinâmica das relações raciais. Assim, propõe-se uma psicanálise pautada na ética da alteridade e na escuta clínica implicada e antirracista. Também se defende a utilização da psicanálise como um instrumento de desvelamento dos mecanismos inconscientes perversos que mantêm a branquitude operando, de modo a possibilitar o desmonte das estruturas sociais que perpetuam o racismo.

Palavras-chave: Branquitude. Racismo. Psicanálise. Relações raciais.

Abstract: Given the reality of racism in Brazil and the scarce presence of black people in psychoanalytic institutions, this paper sought to investigate the implications of psychoanalysis for the issue of racial relations. Based on the analysis of bibliographic materials, the results were organized into three thematic axes: “Whitocentrism in Psychoanalysis,” which reveals that white subjects are used as the parameter in psychoanalysis; “The Disavowal of Whiteness in Psychoanalysis,” which exposes the non-recognition of the reality of whiteness and racism; and “Psychoanalysis as an Anti-Racist Power,” which supports psychoanalysis as a device capable of enabling change in the dynamics of racial relations. Thus, a psychoanalytic practice based on the ethics of alterity and on implicated and anti-racist clinical listening is proposed. The use of psychoanalysis as an instrument to uncover the perverse unconscious mechanisms that keep whiteness operating is also advocated, in order to enable the dismantling of social structures that sustain racism.

Keywords: Whiteness. Racism. Psychoanalysis. Racial relations.

¹ Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e mestranda em Psicoterapia Psicanalítica na Trinity College Dublin (MSc Psychoanalytic Psychotherapy).
ORCID: 0000-0001-7866-6679. E-mail: isadorabinsely@gmail.com

² Psicólogo, mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Curso de Psicologia da PUCRS, membro associado da Associação Psicanalítica Sigmund Freud.
ORCID: 0009-0009-6792-6725. E-mail: jeffsilkrug@yahoo.com.br

Resumen: Dada la realidad del racismo en Brasil y la escasa presencia de personas negras en las instituciones de psicoanálisis, este trabajo explora las implicaciones del psicoanálisis en la temática de las relaciones raciales. A partir del análisis de materiales bibliográficos, los resultados se organizaron en tres ejes temáticos: “El Blancocentrismo en el Psicoanálisis”, que muestra cómo el sujeto blanco se utiliza como parámetro en el psicoanálisis; “La Desmentida de la Blancura en el Psicoanálisis”, que refleja la negación de la realidad de la blancura y del racismo; y “El Psicoanálisis como Fuerza Antirracista”, que defiende el psicoanálisis como una herramienta capaz de generar cambios en la dinámica de las relaciones raciales. Se propone, entonces, un psicoanálisis fundamentado en la ética de la otredad y en una escucha clínica implicada y antirracista. También se aboga por el uso del psicoanálisis para desvelar los mecanismos inconscientes que perpetúan la blancura, permitiendo desmontar las estructuras sociales racistas.

Palabras clave: Blancura. Racismo. Psicoanálisis. Relaciones raciales.

INTRODUÇÃO

Entende-se a discriminação racial como um mecanismo de produção de desigualdades (Gonzalez; Hasenbalg, 1983). Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), 76,9% das vítimas de mortes violentas intencionais são negras, 56,8% das vítimas de estupro (incluindo estupro de vulnerável) são negras e 61,1% das vítimas de feminicídio são negras. Assim, é evidente que a população negra está dentre as mais violentadas do Brasil, indicando a necessidade de estudos que analisem e proponham intervenções que abordem a temática do racismo no Brasil. O presente artigo busca aprofundar-se nas violências simbólicas e subjetivas relacionadas ao racismo, de modo a propor um entendimento do lugar da branquitude nas instituições psicanalíticas e da implicação da psicanálise nessa temática.

No Brasil, ser branco está ligado à aparência, ao status e ao fenótipo; e a branquitude é a posição que os sujeitos brancos ocupam, lugar este marcado por privilégios sistemáticos relacionados ao acesso a recursos materiais e simbólicos (Schucman, 2020). Pensando a partir de uma lente psicanalítica, Paim Filho (2021) descreve a branquitude por meio dos ideais narcísicos da supremacia branca, argumentando que vivemos em um universo cujo padrão estrutural de valores impõe que ser branco é ter poder, é ser fálico; e ser negro é ser castrado em atos ininterruptos.

Paim e Paim Filho (2023, p. 38; p. 47-48) afirmam que “a branquitude é a causa, enquanto o racismo é a sua consequência” e que a “racialização do povo negro é orquestrada pela branquitude a serviço da manutenção dos seus ideais narcísicos”. A partir dessas afirmações, entende-se o racismo como um instrumento de poder, o modo por meio do qual a branquitude e o seu pacto narcísico se sustentam. A branquitude opera a partir da concepção de que a identidade racial do branco é considerada a identidade racial normal, o padrão ouro que gera a noção implícita de que as outras identidades raciais devem alcançá-la em níveis intelectuais, morais, estéticos e econômicos (Schucman, 2020). Assim, pode-se compreender a branquitude no contexto brasileiro como o privilégio de ser singular, de ser autêntico, de não ser reduzido à cor de sua pele, nem invisibilizado no grupo (Gebrim, 2021).

A questão da branquitude está diretamente relacionada a uma ideia de superioridade branca, pautada na discriminação racial. Segundo Paim Filho (2021, p. 20), “a ideia da supremacia branca serviu como justificativa às barbáries da escravidão e sustenta até os dias de hoje a exclusão dos sujeitos negros e indígenas de nossa sociedade”. Gonzalez e Hasenbalg (1983) apontam a necessidade de uma compreensão do lugar da discriminação racial no cerne das desigualdades sociais, uma vez que as práticas racistas geram benefícios materiais e simbólicos ao grupo dominante, na medida em que desqualificam competitivamente a população negra.

Lélia Gonzalez (1983) descreve uma ideologia do branqueamento, na qual aparelhos ideológicos, juntamente com o mito da democracia racial, apontam para uma suposta superioridade racial e cultural branca. A autora assinala que essa articulação entre o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento caracteriza o disfarçado “racismo à brasileira” (Gonzalez, 1983). A crença no mito da democracia racial faz parte do sentimento de nacionalidade brasileiro; trata-se da imagem de uma singularidade paradisíaca brasileira, a ideia de uma nação racialmente miscigenada que antecipa a possibilidade de um mundo sem raças (Bernardino, 2002). Desse modo, grande parte da sociedade brasileira compartilha a crença de que o Brasil não é caracterizado por conflitos raciais abertos, sendo um país no qual o critério racial não é relevante para definir as oportunidades de ascensão social dos brasileiros (Bernardino, 2002).

Trata-se de uma negação da questão racial na cultura brasileira, uma falsa narrativa acerca da realidade da população subalternizada racialmente no Brasil. Segundo De Sales (2006, p. 288), “a genealogia do mito da democracia racial significou o deslocamento de um ‘regime causalista’ no racismo científico para um ‘regime simbólico’ da relação entre as diferenças e as desigualdades raciais”. Assim, atenta-se para o caráter subjetivo do racismo e para a complexidade das relações raciais contemporâneas, com seus movimentos que buscam esconder e negar as gritantes desigualdades presentes na estrutura social vigente. Paim Filho (2021) propõe esse olhar crítico para dentro da psicanálise, questionando a possível omissão, conivência, indiferença e institucionalização do racismo no contexto psicanalítico.

Entende-se que a branquitude atravessa toda a população brasileira, suas crenças, sua constituição narcísica e as instituições compostas por esses sujeitos. Dito isso, é perceptível o atravessamento da branquitude na psicanálise, em sua teoria, em suas instituições e nos próprios psicanalistas. Quando se começa a perceber a falta de psicanalistas negros, a não presença de pessoas negras em eventos psicanalíticos e sua baixa representatividade nas formações psicanalíticas, torna-se evidente o branqueamento da psicanálise. Considerando essa realidade, Dias (2021) defende um fazer psicanalítico atento à questão racial, apontando a necessidade de delimitá-la social e historicamente, compreendendo sua implementação e manutenção, além de suas marcas na contemporaneidade e na escuta clínica dos psicanalistas. Já Gebrim (2021) sinaliza os perigos do analista branco que não reconhece e desmente a realidade do racismo e da branquitude vivenciada pelo paciente, exemplificando como a branquitude do analista pode ter um desfecho traumático, repetindo com o paciente as violências das relações raciais.

Além de investigar as implicações da psicanálise nessas temáticas, o presente artigo também busca explorar a potencialidade da psicanálise como ferramenta antirracista. Fanon (2020) destaca o potencial da psicanálise para compreendermos e revelarmos as anomalias afetivas presentes nas relações raciais. O autor defende a existência de um complexo psicoexistencial resultante da relação entre as raças branca e negra e afirma que, ao analisarmos esse complexo — a partir da psicanálise —, almejamos sua destruição (Fanon, 2020). Rosa (2015) também coloca a psicanálise como instrumento de desmontagem do racismo estrutural, a partir de sinalizações e intervenções nas formas sutis de discriminação presentes nos mecanismos institucionais, desindividualizando a questão do racismo e vinculando-a à história, ao social e ao político.

MÉTODO

O presente artigo decorre de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, pautada em uma compreensão teórica psicanalítica. Com o propósito de aproximar-se da problemática e dos objetivos do estudo, foi realizada uma revisão de literatura.

A coleta dos materiais bibliográficos foi realizada a partir de diferentes procedimentos, tais como a utilização da ferramenta de busca OMNIS, que permite a pesquisa de livros,

teses, artigos e documentos disponíveis no acervo da Biblioteca Central Irmão José Otão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Ademais, foram utilizados os bancos de dados SciELO⁹ e PePSIC. A busca nessas bases de dados ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2024, utilizando as *strings* “branquitude AND psicanálise” e “racismo AND psicanálise”. Também foram utilizados livros de referência sobre o tema do racismo, priorizando-se autores negros, como Frantz Fanon, no âmbito internacional, e Ignácio Paim, no âmbito regional.

No que se refere à análise dos dados coletados, foi adotado o método de análise de conteúdo (Bardin, 2016). Além disso, a técnica de divisão dos resultados em diferentes eixos temáticos também foi utilizada, visando a uma melhor estruturação e clareza das ideias apresentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura e análise dos materiais coletados nas fontes expostas, foram construídos três eixos temáticos, intitulados: “O Brancocentrismo na Psicanálise”, o qual revela como o sujeito branco é utilizado como parâmetro na psicanálise; “A Desmentida da Branquitude na Psicanálise”, que expõe o não reconhecimento da realidade da branquitude e do racismo; e “A Psicanálise como Potência Antirracista”, propondo a psicanálise como um instrumento possibilitador de mudança na dinâmica das relações raciais.

O BRANCOCENTRISMO NA PSICANÁLISE

Ao analisar a história da psicanálise no Brasil, Cidade (2022) relembra que esta se iniciou por meio do médico negro Juliano Moreira e se difundiu com a psicanalista negra Virgínia Bicudo. A autora afirma que “quando um negro faz algo que dá errado, ele representa toda a coletividade, mas quando se trata de sucesso o seu feito é apagado” (Cidade, 2022, p. 5), denunciando o distanciamento das instituições psicanalíticas brasileiras da população negra. Já Paim Filho (2021) ressalta o crescimento e as conquistas da psicanálise brasileira; entretanto, denuncia que, devido à imposição do ideal branco, pouco se estudam autores brasileiros e nunca se estudam autores negros, diferentemente das instituições psicanalíticas europeias, que exaltam sua historicidade. Andrade (2022) destaca que, ao percorrer o olhar na comunidade psicanalítica brasileira, há uma abundância de sobrenomes de origem europeia e uma escassez de Silvas, Santos, Nascimentos ou Souzas. Esses exemplos explicitam a presença da branquitude na psicanálise, e o presente eixo temático pretende expor o brancocentrismo presente no interior das instituições psicanalíticas.

Thamy Ayouch (2023) levanta o questionamento “Quem pode falar no divã?”, denunciando a forma pela qual a ignorância branca resulta na “desescuta” de questões raciais na clínica psicanalítica, produzindo efeitos de silenciamento e negação de vivências singulares em nome de uma ideologia universalista. O autor aponta que esse “universalismo” se baseia na branquitude como uma posição neutra/padrão, ressaltando que a teoria psicanalítica, em sua busca por se constituir como um instrumento universal, acaba por exercer uma generalização a partir da hegemonia branca (Ayouch, 2023). Assim, esse suposto universalismo da psicanálise abrange apenas a população branca, deixando outros modos de existência de lado e buscando encaixar sujeitos subalternizados racialmente nessa padronização forçada.

Franco (2020) destaca o viés potencialmente racista das teorias modernas, iluministas e pós-modernas, no interior das quais a psicanálise está inserida. Desse modo, entende-se que os modos supostamente “raciais” de pensamento, pautados em uma neutralidade científica, devem ser postos em xeque. A psicanálise, mais especificamente, tende a utilizar o conceito de neutralidade para não se posicionar, silenciar ou até tornar-se conivente com discriminações raciais. Paim Filho (2021) denuncia esse ato na clínica psicanalítica, visto que, comumente, psicanalistas ativa e passivamente colaboram para a manutenção do racismo,

abordando vivências de racismo de pacientes negros pelo viés da psicopatologia individual, interpretando-as como sintomas neuróticos ou paranoias. Assim, a generalização da existência branca como modo universal de funcionamento anda lado a lado com a patologização de sujeitos subalternizados racialmente no interior da psicanálise.

Cida Bento (2022) denuncia mecanismos e processos de operacionalização da discriminação racial no interior das instituições, que geram a exclusão, a sub-representação e a violência contra a população negra. A autora aponta que “neutralidade” e “objetividade” não são características de sociedades marcadas por preconceito e discriminação, denunciando que a suposta neutralidade psicanalítica se torna um instrumento de propagação do racismo. Para compreendermos mais profundamente esses fenômenos, é preciso conceitualizar o racismo institucional, descrito por Bento (2022) como dinâmicas institucionais que, de forma silenciosa, favorecem e reforçam aqueles que se percebem como semelhantes, contribuindo continuamente para a reprodução da herança histórica do grupo. Desse modo, entende-se que existe um pacto silencioso no interior das instituições psicanalíticas, o qual busca conservar a origem europeia e o acesso exclusivamente branco a esses espaços.

Cida Bento (2022, p. 74) afirma que “os negros estão fora do lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando”. Entende-se que o psicanalista ocupa um lugar de suposto saber, de prestígio intelectual e econômico e, conseqüentemente, um lugar de poder. Seria este um lugar de brancos? No livro *Lugar de negro*, Gonzalez e Hasenbalg (1983) trabalham a ideia da naturalização das posições sociais, compreendendo a discriminação racial como um regulador das aspirações da população negra, a partir da construção da noção de que existem “lugares apropriados” para diferentes grupos no laço social. A partir dessa noção, ao analisarmos as instituições de psicanálise, os psicanalistas e os pacientes que usufruem da prática psicanalítica, compreende-se a psicanálise como um “lugar de branco”. Ressalta-se que a psicanálise se tornou impenetrável para a população negra, tanto pela falta de oportunidades e possibilidades de sujeitos negros adentrarem as instituições quanto pela conseqüente falta de motivação e aspiração de pessoas negras em se inserirem nessas instituições ou mesmo buscarem um tratamento psicanalítico.

Grada Kilomba (2020, p. 12) explica que “o princípio da ausência, no qual algo que existe é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo”. A autora entende que é a partir desse princípio que espaços brancos são mantidos brancos, de modo que a branquitude se torna a norma, indicando quem pode representar a verdadeira existência humana. É possível observar esse princípio de ausência nas instituições psicanalíticas, visto que a não presença de literatura escrita por autores negros e a não presença de psicanalistas negros acabam por resultar em uma formação e compreensão clínica pautadas em uma noção de existência humana estritamente branca.

Tal funcionamento é extremamente prejudicial para a psicanálise brasileira, que se encontra alienada, segregada da realidade brasileira, inacessível para muitos e presa a uma distante fantasia de proximidade com os brancos europeus. Ademais, é importante destacar a lacuna epistemológica gerada por esse brancocentrismo da psicanálise. Ao visualizarmos livros de fisiologia médica, os corpos estudados e expostos em desenhos e imagens são de pessoas brancas; de modo semelhante, nos livros de psicanálise observa-se que os psiquismos, os funcionamentos psicodinâmicos e as narrativas expostas também são de pessoas brancas. Bento (2022, p. 78) afirma que “é na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude”. Já Paim Filho (2022) denuncia o não acesso do saber psicanalítico ao universo da negritude, o que pode ser entendido como um fator limitante e empobrecedor para a psicanálise.

Portanto, este eixo temático expôs: o embranquecimento da origem da psicanálise brasileira; os operadores da branquitude na psicanálise, a partir de uma suposta universalidade e neutralidade psicanalítica pautadas em uma noção de existência humana estritamente

branca; a patologização, exclusão, invisibilização e ausência de sujeitos negros na psicanálise; a presença do racismo e do pacto da branquitude nas instituições psicanalíticas; a lacuna epistemológica no acervo teórico-técnico da psicanálise; a inacessibilidade de sujeitos negros a espaços psicanalíticos; o descolamento da psicanálise da realidade brasileira e a fixação desta em ideais europeus brancocêntricos. Assim, cabe-nos aderir ao movimento proposto por Paim e Paim Filho (2023), os quais defendem que a psicanálise é brancocêntrica por origem, mas não por vocação; logo, faz-se extremamente necessário colocar a branquitude da psicanálise no divã.

A DESMENTIDA DA BRANQUITUDE NA PSICANÁLISE

A presença da branquitude e seus desdobramentos nas teorias, práticas e instituições psicanalíticas é algo silenciado, da ordem do não dito, encoberto por defesas psíquicas que precisam ser compreendidas. O presente eixo temático buscará se aprofundar nessas defesas a partir dos conceitos freudiano e ferenciano de desmentida e desmentido, respectivamente.

O conceito de *Verleugnung*, traduzido para o português como “recusa”, “renegação” ou “desmentida”, foi descrito por Freud (2014) como uma defesa frente à angústia de castração, operada a partir da recusa da tomada de conhecimento de um dado de percepção. O autor explica que há um registro desse dado de percepção gerador de angústia; entretanto, uma ação psíquica defensiva é realizada para sustentar o seu não reconhecimento (Freud, 2014). Tal defesa é associada às perversões e é entendida por Freud como uma tentativa incompleta do sujeito de desprender-se da realidade, rechaçando uma exigência do mundo externo sentida como perturbadora e recusando a própria percepção sensorial que lhe dá conhecimento dessa exigência da realidade (Freud, 1969). Assim, a desmentida pode ser compreendida como um movimento inconsciente de não reconhecimento da diferença, daquilo que causa angústia, desconforto ou perturba o sujeito.

De acordo com Gonzalez e Hasenbalg (1983, p. 87), a essência do racismo reside na “negação total ou parcial da humanidade do negro”. Desse modo, o racismo pode ser entendido como um processo de subjetivação marcado pelo não reconhecimento da linguagem, da cultura, do genocídio gerado pela escravização e do racismo estrutural (Paim; Paim Filho, 2023). O racismo é uma “herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente” (Bento, 2022, p. 24). Assim, é nessa recusa da realidade do racismo estrutural, da história escravocrata do Brasil, dos ideais da branquitude e da supremacia branca, da subalternização de corpos negros, e no não reconhecimento das experiências de racismo vivenciadas por pessoas negras e dos privilégios da branquitude que ocorre uma desmentida coletiva da branquitude e do racismo no Brasil.

Gondar (2018) entende a desmentida como uma patologia do saber, como se o sujeito perverso soubesse da realidade, mas agisse como se não soubesse; portanto, a lembrança não é recalcada, o sujeito tem o registro do ocorrido, mas os seus efeitos são desmentidos. Desse modo, o sujeito branco sabe da história da escravização do povo negro em seu país, mas nega os efeitos desse fato; ele sabe que o negro existe, mas nega sua existência como sujeito humano; ele percebe a ausência de pessoas negras em posições de poder, mas nega a presença do racismo na sociedade e em si mesmo.

O não reconhecimento do racismo é acompanhado da fantasia de que o Brasil é uma democracia racial, a qual, segundo Damico (2023, p. 12), criou uma “situação histórica, política e institucional de negação e romantização do racismo”. O Brasil possui a narrativa de que é o país da união afetiva racial, exercendo uma propícia convivência entre as diferenças; porém, essa fantasia encobre uma negação da realidade a partir da recusa da realidade do racismo, mesmo que se saiba que essa realidade existe (Gondar, 2018). “Tudo se passa como se, por um lado, todos soubéssemos, silenciosamente, que existe racismo no Brasil, mas pudéssemos, ao mesmo tempo, crer que ele não existe” (Gondar, 2018, p. 51-52).

Esse mecanismo é “uma maneira especificamente brasileira de processar, na cultura, o sofrimento gerado pelo passado de escravidão e pelo presente de injustiça social” (Gondar, 2018, p. 52). A autora defende que o discurso da mestiçagem é utilizado para que não haja uma menção de raça, nem branca, nem negra, velando, assim, a existência da branquitude e da supervalorização do sujeito branco (Gondar, 2018). A branquitude marca uma não castração do sujeito branco, que, a partir dela, encontra-se em uma posição de privilégio e superioridade; desse modo, o reconhecimento da branquitude, da farsa ideológica da supremacia branca, significaria um reconhecimento da própria castração. Reconhecer-se fora desse lugar especial, de importância e privilégio, entrar em contato com o passado violento e perverso das relações raciais no Brasil, geraria angústia, culpa e desconforto com os quais o sujeito branco parece não conseguir lidar, impossibilitando esse reconhecimento por meio do mecanismo inconsciente da desmentida em relação à realidade da branquitude e do racismo.

Cida Bento (2022) descreve o pacto da branquitude como a negação e o silenciamento sistematizados da exclusão e da manutenção de privilégios em instituições, apontando para o componente narcísico de preservação do lugar do branco como normal e universal, e destaca que a ameaça e o medo do diferente estão na essência do preconceito. É a partir desse pacto que a problemática do racismo na psicanálise é historicamente silenciada e renegada do universo psicanalítico (Paim; Paim Filho, 2023), pois “não queremos saber da verdade material e histórica da branquitude e do racismo presentes nos mais diferentes segmentos que compõem o contexto psicanalítico” (Paim; Paim Filho, 2023, p. 40).

Desse modo, Ayouch (2023) analisa como a produção do silêncio e da invisibilidade atua como uma forma sistemática de violência, destinada a suprimir determinados saberes e modos de enunciação historicamente excluídos no âmbito psicanalítico. Essa epistemologia do silêncio, marcada por uma desmentida institucionalizada, está presente em falas como a de que “o inconsciente não tem cor”, a qual busca sustentar a abstenção da psicanálise em pensar e abordar temáticas relacionadas às relações raciais, à branquitude e ao racismo. É por meio da suposta neutralidade psicanalítica, da ideia de falsa igualdade psíquica e da universalidade frente às compreensões clínicas que a teoria psicanalítica desmente e ignora questões raciais. Ademais, é evidente que todos percebem a ausência de sujeitos negros em instituições e eventos psicanalíticos, assim como na poltrona e no divã dos consultórios; entretanto, o efeito e o significado desse fato são desmentidos, de modo que não há um reconhecimento do racismo e da branquitude em operação.

Ao expormos esse imenso e violento ponto cego das instituições psicanalíticas, cabe-nos pensar os efeitos dessa cegueira na prática clínica dos psicanalistas. A partir da clínica do traumático, Ferenczi (1992b) desenvolve o conceito de desmentido, no qual aponta que uma experiência traumática tem seu efeito efetivamente traumático e destruturante em um segundo tempo, quando o relato da vivência é desqualificado por um outro. O autor destaca que o que torna o traumatismo efetivamente patogênico é a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, ou a repreensão por parte do outro quando o sujeito relata sua vivência traumática (Ferenczi, 1992a). Portanto, o que é desmentido não é o evento traumático, e sim o sujeito, já que o desmentido consiste na não validação perceptiva e afetiva da violência sofrida, sendo, assim, um descrédito da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma (Gondar, 2012).

Desse modo, o desmentido pode ser compreendido como um ataque à percepção de um sujeito, um não reconhecimento de suas vivências e de sua existência, resultando em uma destruturação de sua percepção de si e do mundo. Por conseguinte, o modelo da branquitude conduz a uma situação que produz o aniquilamento subjetivo dos sujeitos negros, visto que desmente a existência do racismo, fazendo com que o sujeito que sofre violências discriminatórias duvide de si próprio e da realidade (Gondar, 2018).

Na clínica psicanalítica, a possibilidade de uma repetição do desmentido por parte do

analista é extremamente prejudicial, visto que pode retraumatizar o paciente. Favero e Rudge (2009) destacam a preocupação de Ferenczi de que o analista pudesse reforçar a experiência do desmentido a partir de sua própria hipocrisia, desmentindo também as percepções do analisando sobre os maus-tratos de que foi ou é vítima, reforçando, assim, o poder patogênico do trauma. Apolonio e Verztman (2022) destacam uma problemática dentro da psicanálise brasileira, a qual os autores denominam de “hipocrisia da branquitude psicanalítica”, afirmando que há um silenciamento relacionado à experiência da branquitude dos próprios analistas e um não reconhecimento do racismo como violência que os concerne.

“Quando não dito, a relação racista muitas vezes é reatualizada na transferência e passa a ser vivida de forma muito angustiante para o analisante” (Gebrim, 2021, p. 114). Segundo a autora, a ilusão de que o analista branco pode ser um analista “sem cor”, não racializado, poupado da implicação de uma relação marcada por uma história de violência e racismo, acaba por criar esses não ditos que geram muita angústia para os pacientes negros. Nesse sentido, Gondar (2012, p. 200) afirma que ou se reconhece alguém em sua condição de sujeito ou se o desmente, sendo a neutralidade uma atitude produtora de desmentidos. Assim, Apolonio e Verztman (2022) salientam a importância de que o tornar-se psicanalista no Brasil passe por um reconhecimento de seu lugar racial, de modo a haver-se com seu próprio processo de racialização, analisando as implicações psíquicas que o silenciamento da branquitude causou em seus processos de formação subjetiva.

Grada Kilomba (2019) afirma que a vivência do racismo revive e reatualiza no sujeito negro um trauma individual, que é também um trauma coletivo e histórico do colonialismo. Pode-se entender que se trata de uma reatualização de traumas que continuam atuantes e que, por terem sido silenciados pela cultura, nunca puderam ser elaborados. Assim, compreende-se o papel da psicanálise como o de não entrar em conluio com o silenciamento e o apagamento de nossa história colonialista e escravocrata. Em vez de desmentir e retraumatizar o paciente, o analista pode validar e nomear as situações de violência e exploração, possibilitando a metabolização da intensidade afetiva resultante das experiências traumáticas decorrentes da estrutura social racista.

Entretanto, ao mesmo tempo em que é essencial que os psicanalistas estejam conscientes da história colonial escravocrata e das desigualdades materiais e simbólicas relacionadas ao racismo, é fundamental que essas questões não sejam temáticas impostas por analistas ao atenderem pacientes negros. É importante ressaltar que a psicanálise parte da escuta da singularidade de cada sujeito, e suposições não devem ser feitas em relação aos conflitos dos pacientes em função da cor de sua pele. Dito isso, também é necessário ter em mente a estrutura social na qual tanto os analistas quanto os sujeitos escutados na clínica psicanalítica estão inseridos. Assim, é preciso que os psicanalistas tenham sensibilidade e atenção em suas escutas para a questão das relações raciais e de poder, possuindo um entendimento aprofundado dos operadores da branquitude e do racismo, para que violências relacionadas ao desmentido da branquitude e das experiências de racismo não sejam repetidas nos consultórios. Para isso, psicanalistas precisam estar preparados para deixar circular no processo analítico a temática do racismo da maneira que ela se mostrar necessária para cada paciente, superando a tendência à desmentida da branquitude em análise.

Em suma, salienta-se o silenciamento da presença da branquitude na cultura, nas instituições de psicanálise e nos sujeitos, silenciamento este operado pela defesa psíquica da desmentida, marcada pela recusa da realidade do racismo estrutural, da história escravocrata do Brasil e dos ideais da branquitude e da supremacia branca. Esse mecanismo de defesa inconsciente evita o reconhecimento, por parte do sujeito branco, da branquitude como uma falácia ideológica, o que significaria um reconhecimento da própria castração. A desmentida também protege o sujeito branco de entrar em contato com a realidade do racismo, a qual lhe geraria demasiada angústia e desconforto. Desse modo, é por meio da perversidade da desmentida que o sujeito branco sabe da história da escravização do povo negro em seu país,

mas nega os seus efeitos, assim como não reconhece a existência do racismo e da branquitude dentro de si.

Nas instituições de psicanálise, observa-se uma desmentida institucionalizada; assim, fazem-se malabarismos teóricos a partir da noção psicanalítica de neutralidade para sustentar uma psicanálise desimplicada, em conluio com o pacto da branquitude. Tal fato gera consequências perigosas para a clínica psicanalítica, que pode acabar desmentindo e retraumatizando sujeitos negros que buscam uma escuta clínica psicanalítica.

A PSICANÁLISE COMO POTÊNCIA ANTIRRACISTA

Segundo a compreensão de Fanon (2020), existem pessoas que se comportam patologicamente, de acordo com uma psicologia desumana, cuja existência foi determinante para uma série de realidades, como aquela que o autor busca liquidar. A partir dessa ideia, pode-se pensar o racismo como uma patologia em nível da estrutura social, a qual deve ser devidamente compreendida, analisada e erradicada. Argumenta-se também que a psicanálise pode ser utilizada como um instrumento articulador que possibilite a erradicação da aberração social que é o racismo. A partir da psicanálise, é possível expor os mecanismos da branquitude, sendo, segundo Fanon (2020), essencial não apenas acumular conhecimento de fatos e comportamentos acerca da realidade do racismo, mas encontrar seu sentido.

Por meio da psicanálise, podem-se evidenciar os mecanismos inconscientes que colaboram para a perpetuação da branquitude, desvendando a construção do racismo à brasileira, seus mecanismos estruturais discursivos, a encapsulação da subjetividade do sujeito negro e a experiência com os ideais da branquitude (Guerra, 2020). Entretanto, a psicanálise encontra-se em uma encruzilhada (David; Villas-Bôas; Moreira, 2021), visto que, para se tornar uma potência antirracista, é preciso confrontar-se com o conflito entre o desejo narcísico — que resguarda a branquitude — e a ética do desejo ordenada pela alteridade (Paim Filho, 2021). Assim, entende-se que o caminho para abordar o tema da implicação da psicanálise na questão do racismo e da branquitude está diretamente atrelado à ética da psicanálise.

A ética da psicanálise é uma ética do desejo e do respeito à diferença (Rinaldi, 1997), sendo fundamentada na disponibilidade do analista para produzir questionamentos sobre si mesmo e sobre o laço social, e sendo conduzida pela possibilidade de o analista se inquietar, problematizando o aparente das ações humanas e questionando os sentidos latentes no discurso dos sujeitos (Dallazen et al., 2012). Portanto, uma psicanálise pautada na ética da alteridade é uma psicanálise implicada, que reconhece e valoriza as diferenças, sem impor um ideal de desejo brancocêntrico. É uma psicanálise inquieta e questionadora em relação aos discursos das instituições, da cultura e dos sujeitos que perpetuam o pacto da branquitude.

Thomas Ogden (2010) revela os valores imprescindíveis para o trabalho psicanalítico, sendo estes: o princípio de que o analista trata seu paciente de forma humanitária, honrando sua dignidade humana; o esforço de encarar a verdade, de ser honesto consigo mesmo sem perverter a verdade; e a responsabilidade de permanecer receptivo e responsivo à realidade do contexto social e político do mundo externo. Assim, é fundamental que a prática psicanalítica honre a dignidade, a existência e o desejo dos sujeitos, independentemente da cor de suas peles, não perverta a realidade da história da escravização e esteja atenta à verdade das violências sofridas pela população negra, além de manter-se receptiva e responsiva à realidade do racismo no Brasil. A partir desses pressupostos éticos e valores da psicanálise, propõe-se que lutemos, como Frantz Fanon (2020, p. 228), que afirma lutar “pelo nascimento de um mundo humano, isto é, um mundo de reconhecimentos recíprocos”.

O conhecer é um lugar de poder que muitas vezes é utilizado para a dominação; entretanto, quando investido de um saber ético, é condição para o avanço da alienação à libertação, possibilitando a concretização de atitudes antirracistas (Paim Filho, 2022). Desse modo, por meio da descolonização da clínica psicanalítica, a partir da avaliação dos atraves-

samentos da colonialidade em sua teoria e da ampliação de suas bases teórico-ético-políticas, podem-se construir novos dispositivos clínicos, tornando a psicanálise um lugar de resistência que permite encontrar estratégias de ampliação das fronteiras (Santos, 2021).

Ayouch (2023) defende que, a partir do reconhecimento da colonialidade como efeito de dominação que persiste até hoje, há uma emergência de novas formas subjetivas, culturais e epistêmicas, as quais incentivam a psicanálise a escutar de outra forma, complexizando-se. Pode-se pensar a psicanálise como simultaneamente veneno e remédio no que diz respeito à causa antirracista, visto que, em sua história, a psicanálise reproduziu uma lógica hegemônica e colonial; entretanto, ao efetivamente aterrissar na terra brasileira, tem o potencial para o exercício de uma clínica do inconsciente que faça e produza diferença (Damico, 2023). Desse modo, uma psicanálise brasileira tem o dever de retirar de sob os escombros do recalque e da desmentida as marcas do racismo, abrindo espaço para a reflexão e a metabolização das dores infligidas pela colonização, escravização e exploração do povo negro, restituindo a potência dos sujeitos negros e valorizando toda e qualquer história pessoal em sua diversidade (Guerra, 2020 apud Borges, 2017).

David, Villas-Bôas e Moreira (2021) visam a um enfrentamento, por parte dos psicanalistas, do racismo institucional nas instituições de psicanálise, por meio da conscientização acerca das relações raciais e da elaboração coletiva do sofrimento institucional promovido pelo racismo. É necessário que haja um resgate da função crítica, social e transformadora da psicanálise, por meio da elucidação da complexa trama do racismo à brasileira, do reconhecimento da branquitude e do esforço cotidiano de desmontagem do sistema de privilégios que ela carrega (Guerra, 2020). Visando trazer esse enfrentamento ao âmbito interventivo, Ignácio Paim Filho (2022) propõe ações reparatórias e afirmativas que viabilizem a entrada e a permanência da população negra nas instituições de psicanálise. Tal proposta traz para a realidade a possibilidade de ruptura com o funcionamento branco-cêntrico dos espaços psicanalíticos, contribuindo para o nascimento de uma psicanálise mais plural, democrática e efetivamente comprometida com a superação das práticas excludentes e violentas que a atravessam.

Andrade (2022) sustenta que a psicanálise é uma ferramenta que permite o entendimento de que os processos de subjetivação das pessoas negras são atravessados estruturalmente pelo racismo, de modo que uma escuta implicada, antirracista e ciente desses subjetivadores passe a fazer parte do repertório técnico da psicanálise. Uma clínica psicanalítica racializada também permite a libertação subjetiva do sujeito negro, visto que, a partir da técnica psicanalítica, pode-se viabilizar o desmonte, por meio da interpretação, dos modelos identificatórios engendrados pela herança escravocrata e trabalhar, por meio da construção, o resgate do legado e da potência negra, pautada em velhos/novos modelos identificatórios comportados pela negritude (Paim; Paim Filho, 2023). Gondar (2012) aponta que esse dispositivo técnico também é político, visto que o ato de reconhecer uma injustiça sofrida e sua necessidade de reparação, assim como o ato de acolher um sujeito que foi individual ou coletivamente traumatizado, são atitudes que podem se estender ao campo sociocultural, transformando esse fazer ético em uma posição política.

Fanon (2020) aponta para a necessidade de uma ação conjunta do individual e do coletivo, já que, a partir da clínica psicanalítica, pode-se auxiliar o paciente a conscientizar seu inconsciente, a não mais viver submetido aos ideais da branquitude, mas agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais. A partir do processo de análise, o sujeito negro não precisa mais viver aprisionado diante do dilema de branquear-se ou desaparecer, podendo tomar consciência de uma possibilidade de existir e tornar-se capaz de escolher a ação (ou a passividade) diante da verdadeira fonte conflitual: as estruturas sociais (Fanon, 2020). Ademais, a psicanálise também permite a compreensão das resistências presentes nos sujeitos e na cultura, as quais opõem-se a qualquer tipo de transformação. Segundo Apolonio e Verztman (2022), o desejo de transformar o mundo não é uma doença infantil da psicanálise,

é a condição de seu exercício, especialmente em situações traumáticas graves, como aquelas suscitadas pelo racismo.

Fanon (2020) também apresenta o problema da temporalidade, destacando a importância de sujeitos negros e brancos não se enclausurarem no passado, de modo a distanciarem-se das vozes desumanas de seus ancestrais, e não caírem nas narrativas do tempo presente, já que a desalienação vem da recusa em considerar a atualidade definitiva. O autor luta para que o instrumento jamais domine o homem, que cesse sempre a escravização do homem pelo homem e que seja permitido descobrir e desejar o homem, onde quer que se encontre (Fanon, 2020). O pensamento de Fanon parte de uma articulação da psicanálise com a temática das relações raciais, pensando na transformação da psicanálise de um instrumento de dominação para um instrumento de desalienação, possibilitador de mudanças individuais e coletivas. Fanon denuncia as relações (des)humanas pautadas na lógica da dominação e opressão de sujeitos, defendendo uma humanidade pautada no desejo, na validação da existência do diferente e na valorização de relações fundamentadas na liberdade e na sensibilidade humana.

Ao trazermos essa ideia para a realidade brasileira, apoia-se no pensamento de Schucman (2020), a qual afirma que, para uma verdadeira transformação no tecido social brasileiro, é preciso que, além de os sujeitos brancos se conscientizarem acerca das relações raciais e tornarem-se precursores de mudanças em seus lugares de poder e atuação, haja uma mudança estrutural nos valores culturais da sociedade brasileira como um todo. “É preciso que a branquitude como lugar de normatividade e poder se transforme em identidades étnico-raciais brancas nas quais o racismo não seja o pilar de sua sustentação” (Schucman, 2020, p. 195-196). Em outras palavras, é preciso tirar a branquitude de seu trono narcisicamente protegido.

Portanto, a partir do presente eixo temático, entende-se que o racismo opera como uma patologia em nível da estrutura social, e que, por meio de um fazer psicanalítico pautado na ética da alteridade, pode-se compreender e trabalhar no desmonte dessa anomalia social. O pensamento psicanalítico permite uma compreensão aprofundada dos mecanismos da branquitude e de seus efeitos na cultura e nos sujeitos. Assim, a psicanálise pode ser transformada de um instrumento de dominação brancocêntrico para um instrumento de desalienação, possibilitador de mudanças individuais e coletivas. O caminho para a implicação da psicanálise na temática do racismo associa-se à ética da psicanálise, uma ética pautada na valorização das diferenças e no questionamento em relação aos discursos que perpetuam o pacto da branquitude e o racismo estrutural.

Desse modo, é imprescindível que a psicanálise honre a dignidade, a existência e o desejo dos sujeitos, reconhecendo o contexto histórico-social das relações raciais no Brasil e mantendo-se atenta e responsiva à realidade do racismo brasileiro. Salienta-se também a necessidade do enfrentamento do racismo institucional nas casas psicanalíticas, a importância de ações reparatórias e afirmativas nesses espaços, assim como a racialização dos psicanalistas brancos, os quais devem se utilizar da escuta implicada e antirracista como dispositivo técnico ao atenderem sujeitos negros. Destaca-se também o potencial da psicanálise como ferramenta de libertação subjetiva de sujeitos subalternizados racialmente e de possibilidade de resgate do legado e da potência negra. Cabe ressaltar que esses dispositivos técnicos da psicanálise também são políticos, visto que se sustentam em uma ética política, a qual pode e deve ser incorporada na cultura, de modo a trabalhar o desmonte das estruturas sociais de opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar a implicação da psicanálise na temática das relações raciais, denunciando a dinâmica brancocêntrica da psicanálise, expondo os mecanis-

mos de defesa que sustentam a branquitude e propondo uma transformação nas estruturas sociais racistas a partir da potencialidade da psicanálise.

Desse modo, salienta-se a atual — e historicamente sustentada — branquitude dentro da psicanálise, a qual se utiliza de uma noção de existência humana estritamente branca, pautando-se em um universalismo hegemônico supostamente neutro, que acaba por excluir e patologizar sujeitos subalternizados racialmente. Destaca-se esse brancocentrismo da psicanálise como algo prejudicial e limitador à prática psicanalítica, a qual, ao utilizar-se do sujeito branco como parâmetro, perde a perspectiva de complexizar-se a partir de uma efetiva escuta da diferença.

Aponta-se também o silenciamento da realidade do racismo e da branquitude dentro das instituições de psicanálise, o qual é resultante do mecanismo de defesa da desmentida, que opera em nível social. É por meio da perversidade da desmentida que o sujeito branco sabe da realidade do racismo no Brasil, mas nega seus efeitos, assim como não reconhece a existência do racismo e da branquitude dentro de si. Salienta-se a importância de uma clínica psicanalítica consciente acerca das relações raciais, a qual não desmente a realidade do racismo estrutural, das vivências de violência experienciadas por sujeitos negros, da história brasileira escravocrata e dos privilégios da branquitude.

Por conseguinte, defende-se uma psicanálise pautada em uma escuta implicada e antirracista, que reconhece e valoriza as diferenças, sem impor um ideal de desejo brancocêntrico. É por meio de um fazer psicanalítico pautado na ética da alteridade que se pode compreender e trabalhar a temática das relações raciais, dismantando os mecanismos de defesa que perpetuam a branquitude e propiciando um desmonte das estruturas sociais que sustentam o racismo.

É importante que essa implicação ocorra de forma coletiva dentro do contexto psicanalítico, de modo a produzir efeitos significativos que difundam tais pressupostos teórico-ético-técnicos da psicanálise. Para isso, é importante que haja a produção de conhecimento acerca das relações raciais por meio da perspectiva psicanalítica, além da inserção de sujeitos subalternizados racialmente em espaços de psicanálise por meio de ações reparatórias e afirmativas.

Ademais, cabe ressaltar que o presente artigo exerceu um enfoque específico na temática das relações raciais no Brasil, apresentando uma significativa limitação ao desconsiderar questões relacionadas a outros marcadores sociais, como gênero, sexualidade e classe. Assim, entende-se a importância de estudos psicanalíticos interseccionais, que abordem a interação desses diversos fatores sociais por meio da perspectiva da psicanálise.

Portanto, destaca-se que a violência como forma de opressão se manifesta de diversas formas em nossa sociedade, e que é preciso que haja uma atenção constante para não a repetirmos, inclusive no que diz respeito a sujeitos que estudam a temática da branquitude. Desse modo, a consciência em relação à temática do racismo não exime os sujeitos de cometerem violências raciais ou voltadas para outros grupos sociais subalternizados.

Por fim, apela-se para a imprescindibilidade da internalização da ética da alteridade em diversos aspectos da vida pública e privada, pessoal e profissional, assim como em diferentes espaços institucionais da psicanálise.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Érico. Não sou um psicanalista? Negritude e antinegitude na psicanálise. *Tempo Psicanalítico*, v. 54, n. 2, p. 405-418, 2022.

APOLONIO, Gilberto; VERZTMAN, Julio. Hipocrisia do analista e branquitude. *Cadernos de Psicanálise CPRJ*, v. 44, n. 46, p. 35-53, 2022.

- AYOUC, Thamy. Quem pode falar no divã? Raça e psicanálise situada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 23, spe., p. 1193-1211, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/ep.2023.79962>.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. [S.l.]: Edições 70, 2016.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>.
- BORGES, Rosane. Prefácio. In: KON, Noemi; ABUD, Cristiane; SILVA, Maria Lúcia (Orgs.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 15-29.
- CIDADE, Wania Maria Coelho Ferreira. Questões raciais e formação psicanalítica: é tudo para ontem. *Jornal de Psicanálise*, v. 55, n. 103, p. 141-148, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-5835.v55n103.10>.
- DALLAZEN, Liziana et al. Sobre a ética em pesquisa na psicanálise. *Psico*, v. 43, n. 1, 2012.
- DAMICO, José. Prefácio. In: PAIM, Augusto Maschke; PAIM FILHO, Ignácio (Eds.). *Racismo e psicanálise: a saída da grande noite*. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2023. p. 11-15.
- DAVID, Emiliano; VILLAS-BÔAS, Patricia; MOREIRA, Livia. Por uma psicanálise antirracista: a psicanálise na encruzilhada. In: DAVID, Emiliano; ASSUAR, Gisele (Orgs.). *A psicanálise na encruzilhada*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 74-100.
- DE SALES, Ronaldo. *Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça*. 2006. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- DIAS, Cristina. Racismo e psicanálise: marcas coloniais na escuta clínica. In: DAVID, Emiliano; ASSUAR, Gisele (Orgs.). *A psicanálise na encruzilhada*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 59-73.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de S. Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.
- FAVERO, Ana Beatriz; RUDGE, Ana Maria. Trauma e desmentido. *Psychologica*, v. 50, p. 169-180, 2009. DOI: https://doi.org/10.14195/1647-8606_50_8.
- FERENCZI, Sándor. Análises de crianças com adultos. In: FERENCZI, Sándor. *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992a. p. 69-83.
- FERENCZI, Sándor. Confusão de línguas entre adultos e crianças. In: FERENCZI, Sándor. *Obras completas de Sándor Ferenczi (v. IV)*. São Paulo: Martins Fontes, 1992b. p. 111-121.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.
- FRANCO, Wilson. A branquitude na práxis clínica de um homem branco. *Boletim Formação em Psicanálise*, v. 28, n. 1, p. 120-132, 2020. DOI: <https://doi.org/10.56073/bolformempsic.v28i1.21>.
- FREUD, Sigmund. *Esboço de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v. XXIII)
- FREUD, Sigmund. O fetichismo. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas (v. 17)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 302-310.
- GBRIM, Ana. O transtraumático e o inconsciente colonial: reflexões sobre a branquitude do analista. In: DAVID, Emiliano; ASSUAR, Gisele (Orgs.). *A psicanálise na encruzilhada*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 101-116.
- GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise* (Rio de Janeiro), v. 34, n. 27, p. 193-210, 2012.
- GONDAR, Jô. Um racismo desmentido. In: ARREGUY, Marília Etienne; COELHO, Marcelo Bafica; CABRAL, Sandra (Orgs.), *Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas*. Niterói: Eduff, 2018. p. 47-58.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. [S.l.]: Marco Zero, 1983.

GUERRA, Andréa Máris Campos. O papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. *Revista Subjetividades*, 20, spe. 2, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iesp2.e9547>.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. Prefácio. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020. p. 11-16.

OGDEN, Thomas. Do que eu não abriria mão. In: OGDEN, Thomas. *Esta arte da psicanálise*: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 39-47.

PAIM, Augusto Maschke; PAIM FILHO, Ignácio. *Racismo e psicanálise*: a saída da grande noite. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2023.

PAIM FILHO, Ignácio. Carta aberta endereçada ao antirracista que nos habita: negros e negras — desafios para tomar posse do território psicanalítico. *Jornal de Psicanálise*, v. 55, n. 103, p. 149-157, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/0103-5835.v55n103.11>.

PAIM FILHO, Ignácio. *Racismo*: por uma psicanálise implicada. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2021.

RINALDI, Doris. Ética e desejo: da psicanálise em intensão à psicanálise em extensão. *Papéis – Revista do Corpo Freudiano*, v. 7, 1997.

ROSA, Miriam Debieux. *Psicanálise, política e cultura*: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento. 2015. Tese (Livre-Docência) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Kwame dos. Colonialidade e processos de subjetivação: aquilombamento na clínica. In: DAVID, Emiliano; ASSUAR, Gisele (Orgs.). *A psicanálise na encruzilhada*. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 117-135.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

Artigo recebido: 2 de junho de 2025

Artigo aceito: 2 de outubro de 2025